



SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EQUAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE PRECARIZAÇÃO DE TRABALHO X SUPERVISÃO PRECÁRIA

Gleny T. D. Guimarães¹
Rossana Lopes Pereira de Souza²
João Vitor Bitencourt³
Wagner da Silva Souza⁴

RESUMO: O artigo tem como objetivo contextualizar os reflexos da precarização do trabalho do Assistente Social na função de supervisor de campo de estágio, identificando o perfil destes profissionais, formas de contratação e principais políticas de atuação.

PALAVRAS-CHAVES: Precarização do Trabalho; Supervisão de Estágio; Serviço Social

INTRODUÇÃO

Este artigo é oriundo da pesquisa “Trabalho, Mercado e Supervisão: desafios na formação permanente”, realizada durante o ano de 2013 e em fase de análises das informações em 2014, cujo objetivo geral é analisar as possibilidades de ação da Universidade, com vistas ao aprimoramento do processo de supervisão de estágio em serviço social e a qualificação das relações entre o estagiário, o supervisor de campo e o supervisor acadêmico.

Propõe-se a apresentar alguns dos resultados finais desta pesquisa, enfocando a compreensão do espaço sócio ocupacional no que diz respeito às condições de trabalho do assistente social e o perfil dos assistentes sociais supervisores de campo da PUCRS.

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, tendo como universo os assistentes sociais/supervisores dos campos de estágio obrigatórios e não obrigatórios vinculados à Faculdade de Serviço Social da PUCRS no ano de 2013.

Como instrumento de pesquisa utilizou-se um questionário, composto por 56 questões fechadas, aplicado através do Programa Qualtrcis, que é um serviço de organização e coleta

¹ Professora titular da Faculdade de Serviço Social da PUCRS;

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS; rossanalopesdesouza@gmail.com

³ Bolsita de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS

⁴ Bolsita de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ



de dados *on-line*. As questões aplicadas tinham em média 6 alternativas de respostas, sendo permitido respostas múltiplas.

Este instrumento foi respondido por 38 assistentes sociais, sendo que um convite para participar da pesquisa e o questionário *on-line* foram encaminhados, por *e-mail*, assim como o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido, pontuando os aspectos éticos e responsabilidade dos pesquisadores frente a devolução das informações à 80 assistentes sociais com cadastro no banco de dados do Setor de Estágio da Faculdade de Serviços Social da PUCRS, sucedido por contato telefônico aos mesmos informando o teor da pesquisa.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: REFLEXOS NO LOCUS DE TRABALHO DO SUPERVISOR DE CAMPO

As transformações no mundo do trabalho vêm exigindo o desenvolvimento de novas habilidades e competências por parte dos trabalhadores que, para permanecerem inseridos, precisam adequar-se às suas novas configurações. A necessidade de qualificação permanente, o desempenho de diferentes funções em um curto espaço de tempo (trabalhador polivalente e multifuncional) e a precarização das relações de trabalho são características deste movimento.

No caso do Serviço Social, as repercussões também são importantes, pois o profissional precisa buscar a garantia dos direitos da população em meio a uma conjuntura que não favorece o desenvolvimento social, mas que se constitui de grandes parcelas da população sem acesso aos meios necessários à sobrevivência, à saúde, educação, habitação, entre outros. Por isso é necessário atentar ao fato de que “[...] as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza.” (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

Daí reside à necessidade e relevância de conhecer as configurações do mercado de trabalho que absorve os assistentes sociais atualmente, na busca por investigar as políticas sociais em que tem se inserido, as demandas que atende, bem como os projetos, programas e serviços nos quais se envolve. Afinal,

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e



relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada. (IAMAMOTO, 2009, p. 26).

É a partir do avanço do ideário neoliberal no Brasil que as requisições para o trabalho do assistente social se complexificam, já que precisam atuar em meio à redução do papel do Estado no campo social não deixando de buscar a afirmação dos valores ético-políticos da profissão, em prol de uma sociedade mais igualitária. O profissional trabalha em meio a uma correlação de forças, a partir das exigências das instituições que o emprega.

Desta forma pode-se considerar que a ação do Serviço Social se envolve principalmente na relação com as políticas sociais, exigindo que os mesmos compreendam a situação não apenas de nosso país, em tempo de capital globalizado, mas também busquem alternativas de organização e intervenção social, política e cultural, objetivando garantir, o atendimento das necessidades básicas da população e os espaços de construção processual de subjetividade, emancipação e cidadania.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidade e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram os empregadores [...]. elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. [...]. (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

No processo de supervisão, a relação entre aluno, professor e assistente social de campo, é estabelecida a partir do momento em que o aluno será encaminhado para o estágio, seja obrigatório ou não, pois desta forma ele é acompanhado pelo profissional supervisor de campo, que por sua vez também é assistido pelo supervisor acadêmico, criando assim uma relação em tríade.

Constata-se, portanto, que a abrangência do trabalho do assistente social vai além da prestação de serviços, competindo-lhe pesquisas, consultorias, planejamento e assessorias, capacitação, treinamentos e gerenciamento de recursos e projetos (...). Nesse contexto, a supervisão de estágio em Serviço Social é instância que favorece o trânsito do singular ao universal, particularizando a intervenção do Serviço Social no âmbito das relações sociais (BATISTA, 2009, p. 20).



Esta relação é importante para a formação do assistente social uma vez que o aluno estagiário está exercitando na prática o que aprendeu na teoria. Através da troca de experiência entre os profissionais envolvidos e de pesquisas é que o estagiário vai desenvolvendo sua identidade profissional e também se qualificando, como o projeto pedagógico da FSS da PUCRS ressalta:

todo se recria em outros termos. À base de novas configurações e determinantes. A sociedade produz e reproduz relações que contextualizam as possibilidades de manutenção e mudança na existência cotidiana do homem. Dentro deste contexto, busca-se situar os desafios implicados ao trabalho do assistente social (Projeto Pedagógico FSS/PUCRS, 1999, p. 6-7).

Segundo o Código de Ética Profissional, uma das atribuições privativas dos Assistentes Sociais consiste em oferecer Supervisão de Estágio curricular para graduandos na área, acompanhando e orientando as atividades que cabem ao estudante (CRESS, 2005, p.13). Esta demanda deve ser oferecida de modo que o aluno estagiário consiga desenvolver as competências da profissão.

Conforme Batista (2009) a construção do conhecimento implica ação partilhada, já que é por meio dos outros que as relações entre os sujeitos e o objeto do conhecimento são estabelecidas. Nesse sentido, apresenta-se como instância de dimensão política do processo de supervisão a articulação entre: aluno, supervisor de campo e acadêmico. Assim, com base na crítica das práticas institucionais e da capacidade de propiciar autonomia, pode-se decidir qualitativamente uma agenda comum a estes sujeitos.

Os protagonistas deste processo de ensino-aprendizagem, como o docente, o aluno e o assistente social supervisor, são beneficiados, pois a observação direta da Instituição de Ensino no cotidiano de estágio pode significar avanços na formação profissional do aluno e aproximação do profissional assistente social supervisor com a academia.

O processo de Supervisão de estágio em Serviço Social é um momento de grande importância na formação profissional dos Assistentes Sociais, pois

na medida em que a formação é problematizada, a dimensão endógena da supervisão vai sendo superada. Da atribuição de treinamento de habilidades, de unidade entre teoria e prática, a supervisão é pensada, intelectualmente, como atividade indissociável do estágio, que, articulada ao projeto profissional, é configurada como lugar de ultrapassagem dos limites do imediatismo e da superficialidade do real. (Batista, 2009, p.7)



Por ser uma atribuição privativa dos Assistentes Sociais, é indispensável pesquisas e análises para conhecer melhor o desenvolvimento do processo de Supervisão, o modo como as relações se desenvolvem no processo, a visão dos atores envolvidos e os aportes que a Supervisão de Estágio fornece, tanto para os Supervisores quanto para os estagiários.

A Supervisão de Estágio de um modo geral, sempre esteve vinculada ao processo de ensino-aprendizagem, este é o seu objetivo principal e se constitui como um valioso instrumento com vista à formação profissional dos alunos.

A maior parte dos pesquisados compreende a supervisão de estágio como um momento de aprendizagem, de caráter pedagógico para os sujeitos inseridos no processo, numa relação de troca mútua, o que denota uma relação de horizontalidade entre supervisores e estagiários. No instrumento de coleta de dados também buscamos debater as dificuldades existentes na supervisão de estágio. Entre as respostas, 50% indicaram a falta de tempo para a supervisão, devido às demandas atendidas no espaço de trabalho. Neste aspecto, as respostas remetem à precarização do trabalho do assistente social, no nosso caso específico, dos assistentes sociais supervisores de campo inseridos nas instituições públicas. Nestas “temos, por um lado, o crescimento da pressão na demanda por serviços, cada vez maior, por parte da população usuária mediante o aumento de sua pauperização”. Esta se choca com a já crônica - e agora agravada - falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos [...] (IAMAMOTO, 2008, p.76).

Para melhor compreendermos quem são estes assistentes sociais/supervisores, a pesquisa propôs-se a delinear um perfil, onde pôde-se identificar alguns aspectos em comum, porém antes cabe ressaltar que

O supervisor constitui o elo privilegiado da relação entre instituição/campo de estágio e o processo de ensino, cabendo-lhe o acompanhamento cotidiano do aluno no âmbito de dinâmica institucional, apoiando-o no exercício das atividades de estágio, subsidiando-o na análise e enfrentamento das estruturas e relações de poder, das políticas institucionais, no reconhecimento do público-usuário, inserindo-o na rede de relações intra e interprofissionais. (IAMAMOTO, 2004a:206)

Como mencionado anteriormente, 38 assistentes sociais/supervisores participaram da pesquisa, destes 46% tem idade entre 46 e 55 anos, seguidos por 31% com idades entre 26 a 35 anos.

Seguindo esta linha de perfil, 44% exercem a profissão a até 5 anos e 23% de 6 a 10 anos, ou seja 67% dos supervisores atuam como assistentes sociais a menos de 10 anos. A maiorias assistentes sociais (53%), concluíram o curso entre 2006 e 2012 e 58% dos supervisores de estágio exerce esta função há menos de 3 anos. Este dado nos indica, que a maioria dos supervisores de campo de estágio cursaram o curso de Serviço Social, já sob as novas Diretrizes Curriculares da



ABEPSS (antiga ABSS), datadas de 1996, mas com marco legal de implementação em 2002, em que os fundamentos do Serviço Social, competências e habilidades já aparecem de forma complementares uns aos outros e não segmentados, como o currículo anterior.

As novas diretrizes curriculares foram fruto de muitas oficinas, seminários e de grande envolvimento da categoria profissional a nível nacional, ocasião em que o estágio embasado pelo princípio da indissociabilidade entre “supervisão acadêmica, profissional e estágio”.

Por outro aspecto, identifica-se que a maioria dos supervisores que participaram da pesquisa (44%), inseriram-se na profissão há poucos anos, profissionais que mesmo sem muitos anos de experiência optaram por dedicar-se a supervisão de estágio, sendo que destes 67% referem que o fazem por um compromisso ético-político com a profissão.

Dos entrevistados, 88% graduaram-se em universidades particulares e 97% cursaram a modalidade de ensino presencial, importante registrar que em Porto Alegre até o ano de 2009, os cursos de Serviço Social somente eram ofertados em instituições privadas, cabendo nos pontuar que os 12% restantes formaram-se em instituições de outros municípios.

Apesar do grande aumento da oferta de cursos de Serviço Social EAD nos últimos anos, apenas um supervisor de estágio foi graduado nesta modalidade, este dado é de suma importância para que se possa futuramente observar a inserção dos profissionais formados na modalidade de EAD nos espaços sócio-ocupacionais e qual serão suas relações com a supervisão de estágio.

Dados do CFESS (2010), expostos no documento “Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social” apontam que em 2010, havia no Brasil 323 instituições credenciadas a fornecer o curso de Serviço Social, entre as modalidades presenciais e a distância. Apenas 40 destas instituições são públicas com cursos presenciais, 269 são privadas com cursos presenciais, uma é pública com curso a distância e 13 são privadas com cursos à distância. Desta forma, em pouco anos o perfil dos profissionais poderá sofrer uma mudança devido a modalidade da formação a que foram submetidos.

Pensar a relação destes sujeitos com seus espaços de trabalho se faz necessário na caracterização do perfil, pois indica o impacto da relação mercadológica com o Ensino Superior.

Quanto ao espaço sócio-ocupacional 68% dos entrevistados atuam na esfera pública, sendo 44% no âmbito municipal, 15% estadual e 6% em autarquias. Destes profissionais que



atuam na esfera pública apenas 44% são servidores públicos estatutários, demonstrando que outras formas de vínculos empregatícios estão muito presentes no cotidiano governamental.

Os assistentes sociais hoje, além de trabalharem como terceirizados (para o Estado ou até mesmo em instituições do Terceiro Setor), também vendem sua força de trabalho diretamente para o Estado, nas denominadas “contratações emergenciais”, seja por RPA (recibos de pagamentos de autônomos) ou por outros meios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Algumas dessas formas de trabalho acarretam em perdas de direitos profissionais tais como 13º salário, férias e fundo de garantia, entre outras perdas de direitos, características do contexto neoliberal que estamos inseridos.

(...) funcionários públicos, vem sofrendo os efeitos deletérios da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos...(IAMAMOTO, 2004, p.123-124)

Outra informação importante neste perfil confere à área de atuação destes profissionais: 73% atuam na política de assistência social e 36% na política de saúde, sendo que 6% atuam especificamente na saúde do trabalhador, 21% atuam em áreas relacionadas aos direitos humanos, 12% na política de previdência social, destaca-se que devido as perguntas serem de múltiplas escolhas, possivelmente áreas como socio-jurídico 6%, educação 6% entre outras que atingiram com 3%, apareceram como transversais ou complementares a política de assistência social.

Estes dados apontam para a concretização da Política Nacional de Assistência Social, que teve início na década de 90, mas fortaleceu-se com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com sua expansão no território nacional a partir de 2004. Isto ampliou consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais, apesar desta política ser um campo de trabalho multiprofissional, a assistência social historicamente confere o assistente social como o profissional de referência desta política.

Contudo,

Por meio dos dados do Censo SUA 2010, ainda há a existência de elevado índice de trabalhadores subcontratados ou terceirizados nos equipamentos públicos estatais da assistência social. A orientação da PNAS é que todas as equipes de serviços de CRAS e CREAS sejam compostas por servidores efetivos de carreira, por conta da baixa



rotatividade de modo a garantir continuidade, eficácia dos programas, serviços e projetos ofertados no âmbito da proteção social (...) bem como permitir capacitação continuada dos profissionais (MUNIZ, 2011, p163).

Dos entrevistados, 65% dos supervisores de campo de estágio trabalham 30 horas semanais, reflexo da luta do conjunto CFESS-CRESS para implementar a Lei 12.317/ 2010, que complementou a lei de regulamentação da profissão (8.662/1993) e que determina a jornada máxima de trabalho da categoria profissional em 30 horas semanais sem redução salarial. Mas uma porcentagem significativa de assistentes sociais ainda trabalha acima do horário determinado para a categoria, 26% dos profissionais que participaram da pesquisa trabalham 40 horas semanais e 3% chegam a 44 horas por semana.

Esses fenômenos tiveram impacto em todas as áreas do trabalho, mas principalmente nas políticas públicas, incluindo a assistência social, que enfrenta situações de contratações reduzidas, baixa remuneração, precarização das relações de trabalho (inclusive em algumas regiões do país com a contratação de profissionais com base na Lei 8.666, a lei das licitações, com a consequente contratação pelo menor preço) e ausência de investimentos na educação permanente. (Peres e Nalini, 2014, p. 91)

E desta forma, como ressalta Alves (2009) não podemos desconsiderar a influencia do espaço institucional de intervenção profissional como um campo de resistências e mediações, sobre o qual o assistente social incide sua ação, observada pelo estudante em formação, que poderá reproduzir o real tanto de forma acrítica e apolítica, quanto poderá provocar nele transformações rumo à construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O sistema/
Os funcionários não funcionam.
Os políticos falam mas não dizem.
Os votantes votam mas não escolhem.
Os meios de informação desinformam.
Os centros de ensino ensinam a ignorar.
Os juízes condenam as vítimas.
Os militares estão em guerra contra seus compatriotas.
Os policiais não combatem os crimes, porque estão ocupados cometendo-os.
As bancarrotas são socializadas, os lucros são privatizados.
O dinheiro é mais livre que as pessoas.
As pessoas estão a serviço das coisas*

Eduardo Gaelano



Frente a um tema tão complexo e atual como a precarização do trabalho e seus reatamentos na formação de novos assistentes sociais, cabe-nos pensar sobre o aumento da demanda por campo de estágios e logo, por supervisores de campo. Este fato evidencia-se pelo crescente número de instituições oferecendo o curso de Serviço Social, seja pela modalidade Educação à distância, seja presencial.

A cada novo aluno matriculado no curso de Serviço Social, surge a necessidade de estágio e uma supervisão de campo competente, crítica e comprometida com o Projeto Ético político Profissional, cabe a estes supervisores uma fatia desta demanda criada pelo mercado e endossada entidades representacionais.

Até que ponto pode-se equalizar uma relação onde de um lado encontramos condições precárias de trabalho, seja na forma de contratação, seja nas necessidades de se atender ao “novo” perfil multifuncional do assistente social, e de outro lado a necessidade de um espaço de formação de qualidade, pois o estágio se configura como tal?

Cabe pontuar sobre a dimensão política e ideológica da profissão, que deve ser fortalecida, ampliando a concepção de educação, através da luta pelo ensino superior de qualidade e opondo-se a lógica mercadológica de ensino.

Tem-se que pensar a profissão para além do diploma, pensar o serviço social como propositor de resistência. Resistência essa que se faz no cotidiano, nas microrrevoluções. Por que o assistente social ainda pertence a uma categoria que ousa sonhar com outro mundo possível... e isso não tem preço! Não se compra e não se vende!

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio. Brasília: ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/politica_nacional_estagio.pdf Acesso em 19 abr. 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. MUNIZ, Egli. In: Orientações para o Processo de Recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social. Brasília: 2011.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei 8.8662 de 07 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão. In: Coletânea de leis. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: CRESS 10ª Região, 2005.



CFESS. Resolução cfess nº. 512/2007, 2007.

CFESS MANIFESTA. Dia do/a Assistente Social: em defesa da classe trabalhadora, 2013.

CFESS. Esclarecimento sobre a implantação da jornada de 30 horas para Assistentes Sociais sem redução salarial, 2011.

CFESS. Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social. Brasília, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Ed. 14, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PERES, G.A.L. e Nalini.M.H.S. Princípios Éticos para os Trabalhadores da Assistência Social e a Consolidação dos Direitos. In: Trabalho, Educação e Formação Profissional: Um debate do Serviço Social. Marília: Projeto Editorial Praxis:2014.

PROUNI (Programa Universidade para todos) <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 de março de 2014.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL, Batista, Alzira. São Paulo. Cortez, 2009. (p, 157).

LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.